



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CARLOS GERALDO DE OLIVEIRA SOUSA

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA: IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB**

**GUARABIRA- PB
2021**

CARLOS GERALDO DE OLIVEIRA SOUSA

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA: IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^aDr^a. Patrícia Cristina de Aragão.

**GUARABIRA - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725f Sousa, Carlos Geraldo de Oliveira.
A formação de Professores(as) e a educação escolar Quilombola [manuscrito] : identidade da criança negra na comunidade Quilombola Cruz da Menina no município de Dona Inês-PB / Carlos Geraldo de Oliveira Sousa. - 2021.
43 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão , Departamento de Educação - CH."
1. Formação de professores e professoras. 2. Educação Escolar Quilombola. 3. Identidade da criança negra. I. Título
21. ed. CDD 371.12

CARLOS GERALDO DE OLIVEIRA SOUSA

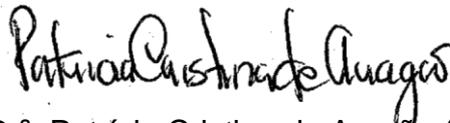
**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA: IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Linha de pesquisa: Educação Quilombola na Educação Infantil

Aprovado em: 30/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Ma. Sheila Gomes de Melo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ser criança é dureza-
Todo mundo manda em mim-
Se pergunto o motivo,
Me respondem "porque sim".

Isso é falta de respeito,
"Porque sim" não é resposta,
Atitude autoritária
Coisa que ninguém gosta!

Adulto deve explicar
Pra criança compreender
Esses "podes" e "não podes",
Pra aceitar sem se ofender!

Criança exige carinho,
E sim! Consideração!
Criança é gente, é pessoa,
Não bicho de estimação!

(Tatiana Belinky, 2013)

RESUMO

A escola é um espaço de trocas de experiências e saberes que contribuem na formação das crianças e de sua construção identitária. Neste viés olhamos para a escola como um espaço formativo, multifacetário e coletivo. Sob esta visão os educadores e as educadoras devem buscar a formação continuada, pois esta lhes auxiliam com metodologias e práticas pedagógicas, que vislumbram o sentido do fazer em sala de aula e que tenham significados para as crianças. Neste trabalho objetiva-se refletir sobre a formação de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola Cruz da Menina e a ação pedagógica destes e destas na construção identitária da criança negra, problematizar a formação de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola no município de Dona Inês na comunidade quilombola Cruz da Menina - PB. Para fundamentar a discussão formulada dialogamos com alguns pesquisadores que discutem sobre a formação de professores e professoras, educação escolar quilombola e a construção da identidade da criança negra, entre tantos destaque: Castilho (2011), Corsaro (2011), Freire (2016), Vygotsky (2009). A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho foi uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, articulada a uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como lócus da pesquisa a Escola Municipal Gilberto Freire e utilizado como instrumento para a coleta de dados um questionário/entrevista via Google Formulários com a professora da referida instituição de ensino. Concluímos que a formação permanente de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola é primordial, no sentido da reflexão constante sobre a prática para melhor desenvolver metodologias pedagógicas, pois é preciso um ensino que valorize as diferenças das crianças negras e sua construção identitária.

Palavras-chave: Formação de professores e professoras. Educação Escolar Quilombola. Identidade da criança negra.

ABSTRACT

The school is a space for exchanging experiences and knowledge that contribute to the formation of children and their identity construction. In this perspective, we look at the school as a formative, multifaceted and collective space. Under this vision, educators and educators should seek continuing education, as this helps them with pedagogical methodologies and practices, which envision the meaning of doing in the classroom and that have meanings for children. This work aims to reflect on the training of teachers who work in quilombola school education Cruz da Menina and the pedagogical action of these and these in the identity construction of the black child, problematize the training of teachers who work in quilombola school education in the municipality of Dona Inês in the quilombola community Cruz da Menina - PB. To support the discussion, we dialogued with some researchers who discuss the training of teachers, quilombola school education and the construction of the identity of the black child, among many highlight: Castilho (2011), Corsaro (2011), Freire (2016), Vygotsky (2009). The methodology used in the elaboration of this work was a qualitative approach of the case study type, articulated to a bibliographical and documental research having as locus of the research the Gilberto Freire Municipal School. A questionnaire/interview was used as an instrument for data collection. Google Forms with the teacher from that educational institution. We conclude that the ongoing training of teachers who work in quilombola school education is essential, in the sense of constant reflection on practice to better develop pedagogical practices and methodologies, as teaching that values the differences of black children and their identity construction.

KEYWORD: Teacher training; Quilombola School Education; black child identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A FORMAÇÃO PERMANENTE DO/DA PROFESSOR/A E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO QUILOMBO	10
2.1 A formação docente: caminhos e desafios	14
2.2 A educação infantil e a educação escolar quilombola	17
2.3 Refletindo a educação escolar quilombola a partir dos direitos de aprendizagem da BNCC	25
3. A IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA A PARTIR DA FORMAÇÃO DOCENTE	27
3.1 A comunidade quilombola Cruz da Menina: trajeto histórico e social	28
3.2 A Escola Municipal Gilberto Freire.....	32
3.3 A formação docente e a identidade da criança negra da comunidade quilombola Cruz da Menina	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICES	43

1. INTRODUÇÃO

A luta por uma educação que inclua e não exclua é de todo educador que busca uma prática que respeite e emancipe os sujeitos que fazem parte do processo educacional, pois sabemos que são anos de lutas pela busca de uma formação que esteja pautada na valorização dos direitos humanos, apesar de sabermos que na maioria das vezes isso não ocorre, pois as marcas da discriminação racial e do preconceito são fortes na sociedade em que vivemos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola estabelecem como um dos seus princípios para a referida modalidade de educação, a formação inicial e continuada de docentes, pois ressalta a importância de uma política educacional e social de incentivos aos professores e professoras como forma de garantir uma efetividade nas suas ações docentes, pois a formação de professores e professoras da educação escolar quilombola precisa sempre estar na pauta de discussão dos momentos formativos.

A partir da realidade que essa pesquisa se encaminha, ao tratar da formação permanente de professores e professoras e da educação escolar quilombola na comunidade quilombola Cruz da Menina, no município de Dona Inês - PB posso elencar que quando se trata da formação acadêmica da professora ela sim possui. Porém, quando se trata das propostas curriculares e do Projeto Político-Pedagógico nada se evidencia uma prática baseada no que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Esta pesquisa é intitulada como *A formação de Professores e Professoras e a Educação Escolar Quilombola: identidade da criança negra na comunidade quilombola Cruz da Menina no município de Dona Inês- PB*, que traz como proposta a discussão da formação permanente de docentes e a construção da identidade da criança negra.

Quanto aos objetivos desta pesquisa apresentamos as seguintes proposições é refletir sobre a formação de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola Cruz da Menina e a ação pedagógica destes e destas na construção identitária da criança negra, problematizar a formação de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola no município de Dona Inês na comunidade quilombola Cruz da Menina - PB, compreender como a criança

negra na educação escolar quilombola vivencia os saberes e experiências comunitárias na escola.

Nossa questão problema encaminha-se no sentido de pensar de que modo a formação de professores e professoras na educação escolar quilombola na comunidade Cruz da Menina - PB contribui com a construção da identidade da criança negra da educação infantil? A Proposta Curricular Pedagógica, o Projeto Político-Pedagógico está alinhado com as diretrizes educacionais quilombolas?

Para fundamentar a discussão formulada, dialogamos com alguns pesquisadores e pesquisadoras que discutem sobre a formação de professores e professoras, educação escolar quilombola e a construção da identidade da criança negra, entre tantos destaco: Castilho (2011), Corsaro (2011), Freire (2016) e Vygotsky (2009). Além das importantes contribuições desses pesquisadores, recorreu-se a legislação pertinente ao debate em pauta: BNCC (2017), Resolução do CNE nº 08 de 2012.

Esse trabalho de pesquisa trará contribuições significativas do ponto de vista social, porque discutirá sobre como a educação escolar quilombola na perspectiva da formação docente pode contribuir para as quebras do preconceito racial existentes na sociedade e no ambiente escolar. Do ponto de vista profissional o que me levou a dissertar sobre a temática é por perceber que a escola do qual serve de locus para a pesquisa não se tem uma proposta curricular pedagógica voltada para a educação escolar quilombola e nem o incentivo à formação permanente. Quanto do ponto de vista pessoal contribuirá para minha formação acadêmica, trazendo um novo olhar sobre pensar na formação permanente de docentes como possibilidade de se efetivar um trabalho pedagógico com excelência.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Esse tipo de pesquisa implica “a busca de antecedentes de pesquisa, o estado da arte, os balanços dos conhecimentos produzidos sobre os problemas abordados pela pesquisa”. (GAMBOA, 2013, p.40). Logo em seguida foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se refere, “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses”. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.183). Tendo como locus da pesquisa a Escola Municipal Gilberto Freire, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados um questionário/entrevista via Google

Formulários com a professora L1 da referida escola, ela pedagoga e especialista em História do Brasil e Educação Especial, não reside na comunidade onde a escola está localizada e exerce sua docência há 11 anos na escola citada acima. A entrevista foi realizada no dia 17 de maio de 2021, trazendo informações pertinentes que fomentaram este trabalho.

Este trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo discutiremos sobre a formação permanente de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola, os caminhos e desafios, a educação infantil e a educação escolar quilombola refletindo a educação escolar quilombola a partir dos direitos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No segundo capítulo iremos abordar a identidade da criança negra a partir da formação docente, além da comunidade quilombola Cruz da Menina: trajeto histórico e social e apresentação da escola.

2. A FORMAÇÃO PERMANENTE DO/DA PROFESSOR/A E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO QUILOMBO

Neste capítulo abordaremos sobre a formação permanente de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola, os caminhos e desafios que são enfrentados, a educação infantil e a educação escolar quilombola e uma reflexão sobre a educação escolar quilombola a partir dos direitos de aprendizagem da BNCC.

A escola é um ambiente onde se educa e prepara os indivíduos para atuarem no meio social. Cabe a tal instituição buscar possibilidades e alternativas que sejam efetivas para a construção de valores morais e éticos dos cidadãos e das cidadãs que fazem parte do processo educacional. No palco desse processo dinâmico estão os professores e as professoras, que educam crianças, jovens e adultos de modo integral, devendo, assim, garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural.

Para tanto, os educadores e as educadoras precisam buscar formação para melhor desempenhar seu papel político pedagógico, sobretudo, porque nos últimos anos o fazer desses profissionais têm passado por diversas metamorfoses, dentre elas perceberem a diversidade cultural existente na escola. Por isso, é necessário pensar num currículo que possibilite ensinar e educar para o respeito as diferenças, construção de valores e identidades étnicas.

O contexto em que estamos inseridos como educadores e educadoras requer uma postura, capaz de perceber o ato de educar como político e que tenha sentido para os sujeitos heterogêneos que compõem a escola e estão na sociedade, de modo que vivenciem no espaço escolar seus valores, culturas, crenças e identidades.

Como destaca Tedesco (2010), “há a necessidade de se construir uma escola justa que propicie a inclusão de todos e, não, exclusões e seletividades profundas, uma escola em que os estudantes aprendam se eduquem e se qualifiquem para a vida como cidadãos”. Para que os fazeres e saberes formativos tenham êxito é preciso investir na formação permanente de professores e professoras, como forma de dar condições para que estes(as) percebam sua função social como profissional

e permitam que os aprendizes tenham condições de perceber seu papel social como sujeitos construtores de suas histórias.

Para que os fazeres e saberes formativos tenham êxito é preciso investir na formação permanente de professores e professoras, como forma de dar condições para que estes(as) percebam sua função social como profissional e permitam que os aprendizes tenham condições de perceber seu papel social como sujeitos construtores de suas histórias.

A formação de professores e professoras é um dos caminhos que precisam ser trilhados sempre, pois se deve garantir que esses(as) profissionais deem sentido as suas aulas, para que a aprendizagem das crianças seja significativa e efetiva. Sobre essa questão, Silva Júnior (2015) afirma que:

Se, efetivamente, pretendemos revolucionar precisamos estar conscientes e convictos da exaustão histórica das formas de análise e dos processos de intervenção até aqui utilizados no tratamento da situação social que nos desafia, com sua inoperância e sua petrificação (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 133).

A linha de pensamento desse autor nos leva a refletir sobre a importância das instituições de ensino, secretarias de educação, coordenadores e supervisores educacionais. A perspectiva é a de que repensem as possibilidades de formações que podem ser dadas aos profissionais, de modo que desempenhem seus papéis em salas de aula e promovam a formação integral dos alunos e das alunas.

De acordo com Freire (2016), “a essência da formação permanente de educadores e educadoras é a reflexão sobre a prática para melhorá-la”. Segundo esse autor a formação docente está além de aperfeiçoamento, de um diploma e, sim, na busca constante de refletir como estar sendo desenvolvido, em outras palavras o que adianta ter formação acadêmica. Porém, não ter o olhar reflexivo sobre a prática na sala de aula, os impactos que o fazer pedagógico traz para as crianças que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

A formação inicial e continuada de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola tem sido um gargalo, tendo em vista que essas formações precisam serem realizadas permanentemente, oferecendo aos docentes possibilidades pedagógicas, como formar e educar para a diversidade, para a valorização das identidades, do saberes culturais, sociais e tradicionais dos negros e negras que pertencem aos territórios quilombolas e não quilombolas, não se pode

deixar a omissão e as ausências serem pontos maiores que o incentivo a formação permanente de docentes.

O direito à formação permanente de professores e professoras que atuam na educação escolar quilombola é essencial para que se consolidem suas especificidades, possibilitando as interfaces entre a formação permanente e os saberes e fazeres tradicionais da comunidade, proporcionando, assim, ao aluno e a aluna conhecimentos que visem sua integridade e valorização de sua identidade étnico-racial. Conforme Silva (2014), para que haja mudança nesse cenário,

é preciso estruturar um currículo para: formar professores(as); formar gestores(as) públicos sensíveis às temáticas voltadas para as especificidades dos grupos, tidos como minoritários; construir estratégias para conhecer, difundir e valorizar os conhecimentos que foram ao longo da história diminuídos por não serem oriundos dos grupos dominantes; construir canais de interligações entre os saberes acumulados pelas ciências e os saberes tradicionais; investir fortemente em pesquisas que possam revelar positivamente as formas de vida e a organização das comunidades quilombolas; e dotar a educação das condições necessárias para desenvolver atividades que venham fortalecer a presença positiva dos quilombolas nos espaços educacionais (SILVA, 2014, p. 27).

Nesse sentido, podemos afirmar, de acordo com Silva (2014) que,

formar professores(as) capazes de refletir e conduzir os processos de ensino-aprendizagem, valorizando as diversidades sociais, não é apenas um dever legal, mas sim, um eixo estruturador da educação do qual está sendo discutida, já que se reconhece como diversa (SILVA, 2014, p. 27).

Concordo com o autor, pois a educação deve ter esse olhar, como o processo educacional não é isolado e, sim, um trabalho coletivo de relações dinâmicas entre pessoas, é de suma importância que os professores e professoras que atuam em escolas quilombolas tenham formações permanentes que estejam articuladas e pensadas para questões raciais, pois pensar a escola quilombola como um espaço que valorize as diversidades étnicas, culturais e identitárias.

Sobre essa questão, Castilho (2011) “argumenta que a falta de recursos pedagógicos específicos desestimula a criatividade dos professores, o que torna o currículo educacional pobre, com conteúdo desconexo em relação à realidade, pautado em um currículo eurocêntrico e urbanocêntrico, reproduzindo o modo de

ensino tão criticado por Freire (2016, p. 105), denominado como “educação bancária”, ou seja, apenas transferidor de conteúdo alheio e estranho”.

A afirmação desse autor é o que na maioria das vezes encontramos nas escolas, um currículo colonizador, que atende anseios da burguesia e desconfigura o papel central da educação, de valorização da multidiversidade. É neste sentido que a formação permanente de docentes é de suma importância, pois auxilia a corrigir os erros que fazem da educação um caminho negligenciado e de negação das identidades das crianças negras na sua formação, tornando-as sujeitos meramente passivos.

Diante da discussão sobre a formação permanente de docentes é de suma importância fazermos interfaces com a educação infantil no quilombo, período este em que a criança está se desenvolvendo e construindo elementos socioculturais no contexto em que está inserida, como sentimentos de pertencimento, singularidades e valores culturais.

Sobre tal questão Corsaro (2011, p. 15) apresenta a infância como um “período socialmente construído” e uma “forma estrutural” que compõe a sociedade de maneira permanente, sendo as crianças agentes sociais ativos nesse processo. Quando o autor fala que a infância é uma “forma estrutural”, evidencia que as crianças fazem parte de um grupo social e que constrói seus conhecimentos a partir de sua relação com o meio em que estão inseridas.

A criança quilombola é um sujeito ativo que constrói e (re)constrói, a partir das vivências coletivas, múltiplos saberes e fazeres do tempo e do espaço que a constituem.

A criança é um ser humano também do hoje que não pode ser limitada ao amanhã, precisa ser compreendida a partir de si mesmo e do seu próprio contexto. Representa um sujeito social que não está passivo em seu processo de socialização, faz história e produz cultura. Esse conhecimento de ator social ativo é um dos pressupostos básicos propostos pela Sociologia da Infância (LIMA; MOREIRA; LIMA, 2014, p. 99-100).

Segundo esses autores, as crianças se apropriam deste meio social, como forma de criar ressignificações e interpretação de mundo que os cercam, pois é preciso compreender que as mesmas são sujeitos sociais, que se desenvolvem, se sociabilizam e constroem conhecimentos que servirão para serem crianças ativas.

Para Vygotsky (2009), “a aprendizagem é o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores a partir de seu contato com a

realidade, o ambiente e pessoas do convívio, ou seja, é toda ou qualquer interação com outros sujeitos e com o meio ao qual a criança está inserida”. Neste sentido é importante que os docentes que atuam na educação escolar quilombola, nas suas práticas pedagógicas promovam momentos de interação com as crianças, seja numa simples contação de história, seja através de jogos educativos, das brincadeiras dentre outras metodologias.

Outro aspecto importante é a relação da escola com as famílias das crianças da educação infantil, pois nessa etapa a ação educativa deve estar aliada junto das famílias, a escola deve trazer a comunidade para participar das vivências coletivas, para que as crianças possam perceber parte integrante do espaço em que ela está inserido, desenvolvendo, assim, sua personalidade, seu pertencimento étnico, sua cultura, afetividade e interações uns com os outros.

Portanto, docentes que atuam na educação escolar quilombola com a Educação infantil, etapa esta tão significativa na vida das crianças, devem estar conscientes dos seus fazeres pedagógicos, uma vez que esses saberes e fazeres devem ter sentidos importantes para as crianças, como: a construção de sua identidade, enxergar o contexto em que está inserido, construção de sua autonomia e de afirmação de valores culturais.

2.1 A formação docente: caminhos e desafios

A formação de docentes, para trabalhos com as questões étnico-raciais, é dialogada por Lima (2015), como o caminho para a escola redimensionar juntamente com os participantes da comunidade escolar, vivências das suas identidades, que seja um espaço de construção das “suas concepções sobre si mesma, sobre os outros, sobre as relações sociais, sobre o mundo a sua volta” (LIMA, 2015, p. 58).

Por este motivo é importante que se criem políticas educacionais de formação para os professores e as professoras que exercem a docência em comunidades quilombolas, como forma de possibilitar práticas pedagógicas interdisciplinares através do diálogo e da participação coletiva. Buscar a formação de docentes em escolas quilombolas é oportunizar conhecimentos históricos, artísticos e culturais afro-brasileiros e africanos.

Mesmo com a existência da Lei 10.639/003 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ainda enfrentamos inúmeros silenciamentos, seja na aplicação dessa lei, na efetivação dos conteúdos no currículo da escola, na formação de docentes, dentre outros. São barreiras enfrentadas que fazem com que haja maior dificuldade no engajamento das escolas em suas práticas.

Conforme Libâneo (2003, p.45) “deve-se levar para formação de professores um apanhado de estudos considerados no contexto social, econômico, político e cultural em que o professor está inserido”. Concordamos com esse autor e ao mesmo tempo afirmamos que este é o caminho que deve ser trilhado com os docentes que atuam na educação escolar quilombola, tendo em vista que é preciso formar os docentes para que os mesmos sejam capazes de terem uma bagagem prática para desenvolver seu trabalho pedagógico com eficiência em todas as etapas da educação escolar quilombola.

A formação de professores e de professoras, na modalidade de Educação Escolar Quilombola, ocorre como está designado na Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012).

Art. 49 Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas (BRASIL, 2012, p. 491).

Ressaltamos que os sistemas educacionais têm por responsabilidade oferecer cursos de formações para docentes que atuam na educação básica de ensino, sobretudo, nos espaços rurais como é o caso das comunidades quilombolas. A formação para atuação na modalidade da Educação Escolar Quilombola é fundamental para possibilitar aos estudantes conhecimentos necessários para a construção.

O trabalho docente ocupa um papel salutar, é preciso que esse trabalho esteja articulado a uma educação na perspectiva das questões étnico-raciais, no combate ao preconceito e racismo, pois só com a formação permanente de docentes que pode haver essas possibilidades de uma educação que esteja voltada para uma discussão das questões étnico-raciais das crianças no ambiente escolar.

Educar as crianças na perspectiva de uma educação antirracista, é oferecer um ensino que seja um canal de ligação na construção do eu sujeito, da valorização de seu pertencimento étnico-racial, de uma educação democrática e cidadã, que seja capaz de combater as diversas formas de racismo dentro e fora da escola.

O Brasil escravocrata negava aos negros a prática da educação formal e a presença dos escravizados na escola era considerada uma ameaça à estabilidade social da época. Pode-se entender, assim, que a exclusão negra do espaço escolar era entendida tanto como garantia de “ordem social”, como já mencionado, quanto pela ameaça de influência negativa que os escravizados poderiam exercer nesses espaços (Fonseca, 2001). Pinto (1993) *apud* Domingues (2007) ressaltaque:

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (PINTO, 1993 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 101).

Deste modo, o Movimento Social Negro Brasileiro contribuiu não só para a política de acesso a escolarização do povo negro, bem como as condições de saúde, habitação e trabalho. Os avanços e as conquistas recentes do movimento negro brasileiro, foi a própria Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições de ensino deste país, lei esta que objetiva uma educação que valorize a diversidade histórica e cultural do povo negro, apesar de percebemos evidentemente os grandes desafios da inserção da mesma dentro dos ambientes escolares, muitas das vezes essa lei é silenciada, trazendo, assim, uma exclusão e não uma inclusão de crianças, jovens e adultos.

Vale salientar que a escola precisa, de fato, criar estratégias que visem uma educação de equidade. Para que isso ocorra na prática deve ser repensado o currículo, a formação permanente de professores e professoras, as metodologias e práticas pedagógicas, é pensar a escola como um espaço multifacetário que recebe uma gama de crianças com suas subjetividades e que, de fato, garanta aos estudantes um espaço de construção e de vivências de valores.

A educação escolar quilombola como uma política pública em construção, que busca o movimento de valorização de saberes históricos e culturais, juntamente dos docentes que tem o papel fundamental de ensinar as crianças a conviverem com as

diversidades, podem juntas fazerem papéis essenciais na construção de uma sociedade equânime, onde as marcas de uma sociedade racista possam ser amenizadas a partir de um trabalho conjunto, pois nós que somos educadores temos que estarsempre nessa busca constante da formação, como um alicerce que embasará nossas práticas pedagógicas e impactará positivamente das crianças que estão em construção de seus conhecimentos.

2.2 A educação infantil e a educação escolar quilombola

A educação infantil é uma das etapas mais importantes da formação escolar dos sujeitos, considerando que a criança nesta etapa de seu desenvolvimento precisa de olhares fundantes para a construção de seu conhecimento motor, psíquico, afetivo, interativo, lúdico e social. De acordo com a LDB, no seu artigo 30, para a infância, a Educação Infantil

deverá ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e a pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos; nessa fase a avaliação será feita a partir do acompanhamento e registros do seu desenvolvimento (BRASIL, 1996).

Conforme a LDB, a educação infantil faz parte da educação básica de ensino, pois sua finalidade é a inserção da criança o quanto cedo na escola, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo, é enxergar a criança como sujeito histórico que estar constante construção e a escola passa a ser a complementação da família e da comunidade. No Art. 208 da Constituição Federal temos a seguinte redação, o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação infantil, em creche e pré-escola de 0 á 5 ano de idade, parágrafo IV da Constituição Federal de 1988.

Do ponto de vista da legislação vigente, ou seja, a Carta Magna de 1988, fica garantida as crianças de zero a cinco anos idade, acesso à educação pública e que esta oportunidade seja assumida por estados e municípios, com o objetivo de garantir as crianças o direito de acesso à educação, da construção de seus potenciais e de seu pleno desenvolvimento social, cultural e político.

No que diz respeito à garantia da educação infantil, outro documento relevante é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

(RCNEI) de 1998, este é um guia de reflexão de cunho educacional e seu propósito é nortear a educação em práticas pedagógicas, formação social, identidade, autonomia e conhecimento de mundo das crianças na primeira infância. Este documento traz consigo uma tríade importante a ser observada no trabalho com as crianças de creche e pré-escola, são elas: educar, cuidar e brincar.

As instituições escolares de educação infantil devem ofertar as crianças um ensino que seja acessível aos elementos culturais que enriqueça seu desenvolvimento de sua identidade e autonomia, bem como sua inserção social, pois os professores e professoras devem nas práticas pedagógicas promover momentos que assegurem e possibilite intencionalidades, pois o educar precisa ter ressignificações para as crianças. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) ressalta:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998, volume I p.23).

Neste sentido educar na infância significa, portanto, oportunizar momentos na ação docente, como forma da criança interagir com seu meio, desenvolver seu eu com os outros, criar laços de reciprocidade, afeto, aceitação e companheirismo. O cuidar da criança é outro aspecto fundamental. Neste sentido, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), discute:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (RCNEI, 1998, volume I p.24).

A escola de ensino infantil junto de seus profissionais tem esse papel primordial na educação das crianças, o cuidar é também umas das ações pedagógicas permanentes dos professores e professoras que atuam nesta modalidade de ensino, é neste cuidado que vai criando laços de interações e confiabilidade.

As brincadeiras na educação da infância as oportuniza a criar suas capacidades mentais, de usar sua imaginação e criatividade nos momentos lúdicos em sala de aula, como metodologias os professores e professoras podem trabalhar com jogos, brinquedos e brincadeiras para que as mesmas participem e possam perceber o seu meio e as diferenças, bem como aprender com o outro na coletividade. De acordo com esse documento as crianças:

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando (RCNEI, 1998, volume I, p.27).

Além do educar, cuidar e brincar, outro aspecto importante que devemos considerar um elemento fundamental na educação das crianças é o aspecto da interação social, é, pois, uma das estratégias que os professores e professoras possam adotar em suas metodologias na vivências práticas exercidas em sala de aula.

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima (RCNEI, 1998, Volume I, p.31).

Neste sentido, cabe ao professor e à professora propiciar momentos interativos para que as crianças passem a observar e dar sentidos ao que está em sua volta, um exercício para aprender a viver com a diversidade humana. A Constituição Federal de 1988 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998 são documentos essenciais para compreendermos o percurso histórico, político e social sobre os aspectos da educação, de modo particular a educação infantil, do qual estar no campo de discussão deste capítulo.

Outro documento de referência é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, nele se discute a criança, o currículo e as propostas pedagógicas. Gostaria de chamar a atenção dos leitores e leitoras, professores e professoras desta pesquisa para se observar o que está contido neste documento sobre as propostas pedagógicas e diversidade. As propostas pedagógicas das instituições de

Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010, p.21).

Concordo com o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as propostas pedagógicas das escolas têm um papel fundamental, pois é nela que se assegura uma educação que esteja voltada para o humanitarismo, reconhecer toda a diversidade cultural e valorizá-las. Ser professor e professora numa escola quilombola ou não precisa-se ter esse olhar para uma educação que seja cidadã, garantindo direitos e combatente toda e qualquer forma de racismo e preconceito.

Nesta pesquisa discuto sobre a educação infantil e a educação escolar quilombola, na perspectiva de educar nas infâncias, trago também uma discussão sobre a proposta pedagógica e as infâncias do campo, tendo em vista que trato da educação escolar quilombola e a mesma escola que faço análise é a do campo, ela se encontra em duas realidades bem peculiares que é preciso também do ponto de vista pedagógico a se observar. As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem “reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p.24).

É preciso conhecer e contextualizar as vivências das crianças. Isso significa dizer que temos que procurar compreender as infâncias, pois cada criança vive numa realidade diferente. A escola, as famílias e os educadores têm esse papel fundante na construção identitária, social e cultural da criança. Ao contextualizar a educação infantil do ponto de vista das diretrizes e das propostas pedagógicas a serem desenvolvidas, agora trago a discussão acerca da educação escolar quilombola e suas diretrizes. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil trazem uma concepção de criança que inspira e sugere uma nova concepção de práticas pedagógicas. De acordo com esse documento, a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL/MEC, 2010, p.13).

Ao observar o que está mencionado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fazendo interfaces com a criança que faz parte da Educação Escolar Quilombola, podemos perceber e imaginar como deve ser perpassada as práticas pedagógicas de docentes que atuam em comunidades quilombolas, educação essa que deve ser levada em conta o sujeito (criança) nas suas mais diversas singularidades. Essas práticas devem buscar desconstruir estereótipos e promover a construção de valores.

Por isso, um aspecto relevante que não podemos deixar de abordar é sobre o perfil profissional do docente que atua na Educação Infantil. Este precisa, acima de tudo, ser comprometido, como também refletir sobre sua prática docente, uma vez que o planejamento pedagógico é flexível, necessita do olhar do educador e da educadora e estar em constante diálogo com seus pares, famílias e comunidades.

Diante do exposto, passamos, então, a discutir sobre a educação escolar quilombola, mostrando o quanto esta é importante para os saberes e fazeres formativos na vida da criança que mora em quilombo e necessita destes na construção de sua identidade. A educação escolar quilombola acontece nas comunidades quilombolas ou em escolas que recebem alunos oriundos do território quilombola por meio de compartilhamentos de saberes e fazeres tradicionais de seus povos. Na escola, ela deve acontecer a partir das vivências coletivas, precisa de uma proposta curricular e de uma pedagogia específica que respeite e valorize a cultura desses povos que trazem histórias e vivências de vida específicas e peculiares.

É de suma importância no desenvolvimento das práticas e ações políticas pedagógicas que tanto os professores e as professoras, quanto a escola como um todo valorizem os princípios que regem a educação escolar quilombola, para garantir uma educação que realmente seja vivida na prática e traga sentidos para os estudantes e a comunidade escolar. A Resolução nº 8 que define as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012) destaca:

Considerando-se o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade vivida, hoje, pelas comunidades quilombolas, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta, a saber: contra o racismo; pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito destas comunidades à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação (BRASIL/MEC, 2012,p.12).

A educação escolar quilombola deve reconhecer que esses sujeitos possuem histórias de vidas, de lutas e resistências que precisam serem valorizadas, desde os seus costumes, tradições e reconhecimento de suas identidades, a educação escolar deve estar pautada nesses pontos. Por isso, do ponto de vista educacional, deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que atenda as especificidades locais. Para tanto, esse trabalho precisa ser ressignificado na relação com as crianças das comunidades quilombolas.

Na efetivação dessa modalidade de educação, a promulgação da lei 10.639/03 foi um marco importante conquista dos movimentos sociais negros. Após esta lei, diversos documentos vieram para consolidar ainda mais o fazer reivindicado pelos os movimentos negros e dar-lhes visibilidade. São estes:

Resolução CNE/CEB nº 4, de julho de 2010, fundamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 7, de abril de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, juntamente com a promulgação da Resolução CNE/CEB nº 8, de novembro de 2012, fundamentada pelo Parecer CNE/CEB nº16, de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) (CUNHA, 2017, p. 76).

Tais documentos oficiais são marcos históricos e políticos para a educação escolar quilombola, sobretudo, porque evidencia e a contempla como uma política de garantia de direitos, equidade e cidadania.De acordo com as DCNEEQ a Educação Escolar Quilombola deve ser desenvolvida na:

Educação Básica, em suas etapas e modalidades, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação à Distância,

e destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (BRASIL/MEC, 2012, p.26).

Esta modalidade de ensino educacional compreende tanto “as escolas quilombolas, quanto as que recebem alunos que são provenientes de territórios quilombolas” (BRASIL/MEC, 2012p.3). Na maioria das vezes, as escolas que recebem alunos e alunas provenientes de territórios quilombolas não oferecem um currículo que atende as especificidades deste público, o que faz com os mesmos fiquem nas escolas sem vivências de suas culturas. Ao mesmo tempo tem seus direitos negados, quando as Diretrizes e as demais legislações os garantem; como o direito de acesso aos saberes de seus povos, valores, crenças e culturas.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, os povos quilombolas enfrentam diferentes lutas, a saber:

Contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação (BRASIL/MEC, 2012, p. 12).

Os processos históricos de formação dos quilombos no Brasil se deram pelo viés das lutas e resistências. Os movimentos quilombolas buscaram sempre enfrentar o racismo e conquistar a reparação das desigualdades que se perpetuam até os dias de hoje. Pensar na garantia de direitos para estes povos é refletir sobre uma política de valorização, que possibilite a estes sujeitos históricos a oportunidade de vivenciarem seus direitos que durante muito tempo lhes foram negadas. Nesse processo a educação tem papel fundamental, qual seja, o de oportunizar as crianças e jovens quilombolas ou que estude nas escolas quilombolas, acesso ao conhecimento, a sua formação e preparação para viver no meio social que estão inseridos. O artigo 34 das DCNEEQ que trata do currículo para Educação Básica nas escolas quilombolas afirmam que:

O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares,

constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades (BRASIL/MEC, 2012, p.13).

Pensar sobre o currículo de uma escola quilombola é algo primordial, pois o currículo é parte fundamental do processo educativo, acima de tudo deve ser inclusivo, no sentido de que as metodologias e as práticas pedagógicas possibilitem as crianças desenvolverem conhecimentos essenciais como: memória coletiva, práticas culturais, tradições e práticas religiosas, pois assim despertam a valorização cultural do seu povo, bem como fortalecimento da construção de sua identidade, esse trabalho deve ser construído coletivamente com a comunidade.

Como estamos discutindo Educação Infantil no contexto da Educação Escolar Quilombola, precisamos seguir a ótica da análise, ou seja, compreender a criança como sujeito em construção e a Educação Escolar Quilombola, como espaço capaz de garantir-lhe os direitos necessários a educação. Para tanto, se faz necessário que sejam respeitadas as pluralidades, os fazeres pedagógicos de acordo com a realidade da comunidade, que o currículo seja posto em prática, o docente tenha formação permanente. Caso não sejam dadas evidências a esses itens, a educação escolar quilombola não acontece e a educação que a escola mantiver não terá êxito.

Assim, as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola em seu artigo de número 15, orientam as instituições quanto ao ensino escolar quilombola na etapa da Educação Infantil. Este diz o seguinte:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais (BRASIL/MEC, 2012, p. 8).

Educar as crianças desde a primeira infância para conviver com a diversidade é importante, pois a infância é uma das etapas em que o desenvolvimento da construção da identidade é formada. As crianças não têm preconceitos, elas reproduzem preconceitos e internalizam nas vivências sociais. Assim, os educadores e as educadoras devem trabalhar com tal olhar, educar as crianças para a diversidade, oportunizando lhes em suas aulas práticas e atividades em grupo, brincadeiras, apresentações teatrais e contações de histórias, coral, dentre outras

atividades com conteúdos que digam respeito ao universo cultural da comunidade onde elas estão inseridas, e assim possibilitar-lhes conhecer seu universo e conquistar outros.

2.3 Refletindo a educação escolar quilombola a partir dos direitos de aprendizagem da BNCC

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento legal que apresenta algumas definições para todas as etapas da Educação Básica, visando a formação integral da criança nas mais diversas dimensões: cognitiva, emocional e social. A BNCC reconhece que a criança não está apenas incluída em uma cultura, mas é capaz de criá-la e também modificá-la, como forma de ampliar o protagonismo da criança nesta etapa da educação básica. Neste sentido, podemos extrair algumas possibilidades da base para a educação infantil, na perspectiva da educação escolar quilombola.

O eixo estruturante da base interações e brincadeiras assegura a criança seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O primeiro direito é o de conviver, assim diz a Base: “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (BRASIL/MEC, 2017, p. 36).

Nesse sentido, professores e as professoras devem orientar as crianças nos momentos de brincadeiras, como forma de reforçar a importância do convívio social e cultural, ao mesmo tempo mostrando regras de convivências e de organização do grupo mesmo em meio à multidiversidades. O segundo direito é o de brincar, pois na infância o brincar é primordial. Conforme orienta a base:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL/MEC, 2017, p. 36).

As brincadeiras são essenciais e devem fazer parte da rotina escolar das crianças. Podemos aqui mencionar que nas brincadeiras as crianças vivenciam

alguns valores civilizatórios afro-brasileiros como: ludicidade, corporeidade, circularidade e o cooperativismo. O terceiro direito é o de participar do cotidiano escolar, ou seja, a participação nas atividades executadas. Essa participação corrobora com o segundo direito, proporcionando a criação e imaginação. Neste direito de aprendizagem orienta a base:

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL/MEC, 2017, p. 36).

É importante que o professor e a professora envolvam as crianças nas atividades elaboradas, tais como: projetos escolares, nos jogos, nas apresentações artísticas (teatro) e danças. O quarto direito é o de explorar. A criança quilombola precisa ser dada explorar o meio em que vive, os costumes, as tradições do seu povo, as vivências coletivas e a memória coletiva. Sobre esse aspecto, diz a BNCC:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL/MEC, 2017, p. 36)

O quinto direito é o de se expressar, o educador deve levar em consideração as formas de expressão da criança, na sala de aula isso pode acontecer através de ilustração de desenhos, contação de histórias literárias afro-brasileiras e aulas audiovisuais, como métodos de incentivo a expressão da criança, ou seja, proporcionar o lugar de fala delas. “Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens” (BRASIL/MEC, 2017, p. 36).

O sexto direito é o de interação e aprendizagem e de reconhecer-se. A criança constrói saberes a partir das relações que estabelece com a escola e sua comunidade. É importante trazer a comunidade para dentro da escola; a intergeracionalidade, os relatos orais, os saberes e fazeres dos anciãos contribui

com a criança na compreensão do seu pertencimento étnico-racial, as semelhanças, o eu e outro. Sobre tais direitos diz a BNCC:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL/MEC, 2017, p. 36).

3. A IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA A PARTIR DA FORMAÇÃO DOCENTE

Neste capítulo abordaremos o trajeto histórico e social da comunidade quilombola Cruz da Menina, sobre a escola que está inserida na comunidade, e a identidade da criança negra a partir da formação docente. A identidade negra se constrói num processo de relações dos indivíduos com o contexto social em que estão inseridos, pois a criança no seio familiar constrói laços de afetividade e, conseqüentemente, esses laços se desdobram para os mais diversos grupos que estão inseridas, pois começa a ter um olhar para o seu grupo étnico racial, ou dos sujeitos que pertencem a tal grupo.

Nesse sentido é importante agregar a educação com a cultura das crianças e a construção de suas identidades, pois a escola enquanto espaço formativo que educa, tem, sim, sua interferência na construção identitária das crianças, seja na sua visibilidade, na valorização cultural, quanto também na segregação, negação ou discriminação, quando o trabalho educativo e as metodologias não se alinham com a proposta pedagógica de inclusão e de valorização da diversidade cultural que existe dentro da instituição de ensino.

A formação permanente de docentes que atuam na educação escolar quilombola deve ter uma forte interligação com os saberes e fazeres tradicionais das comunidades quilombolas, como de garantir que o ensino tenha sua consolidação desde os seus princípios pedagógicos, até a formação integral da criança, nos seus aspectos sociais, culturais, identitários, afetivo, motor e intelectual.

A formação docente possibilita que tais educadores em suas atuações pedagógicas promovam um ensino que esteja interligado ao currículo que seja proposto para a educação escolar quilombola, na perspectiva de ensinar para

conviver com as diferenças, do combate ao racismo e a discriminação, e assumam seu papel de articular a função social da escola com uma educação que trabalhe e reforce na criança negra sua autoafirmação, não é tarefa fácil, porém não é impossível, se torna um trabalho do ponto de vista pedagógico de reeducação, pois vivemos numa sociedade racista que busca a equidade.

3.1 A comunidade quilombola Cruz da Menina: trajeto histórico e social

A comunidade Cruz da Menina está localizada no município de Dona Inês - PB. Passou a ser povoada por volta de 1850, ou seja, meados do século XIX. Os primeiros moradores da comunidade foram: Sinésio, Joaquim Luiz, Pedro Luiz, Manoel Honório e Antônio Honório (Projeto Político-Pedagógico, 2020 p.8).

Antes, a comunidade era conhecida como Tapuio. Porém, foi instituída como Cruz da Menina em 1956. O nome “Cruz da Menina” originou-se após a morte de uma menina chamada Dulce, que aos sete anos de idade vinha do sertão da Paraíba acompanhada dos pais, cuja mãe se chamava Olindrina, o pai não se sabe o nome e uma ajudante chamada Maria Caetano, no ano de 1877(Projeto Político-Pedagógico,2020 p.8).

Naquela época, havia uma seca muito grande, não tinha a água para beber e a comunidade vivia numa grande pobreza, faltava água e alimentação. Ao chegar à fazenda de Major João Antônio, os pais da menina pediram água e comida e ele negou. A menina, os pais e a ajudante andaram mais um pouco e encontraram uma pequena vertente de água, a menina não resistiu e morreu ali mesmo (Projeto Político-Pedagógico, 2020 p.8).

Os pais foram pedir a mortalha ao Major João Antônio para o sepultamento da menina Dulce. Então, ele arrependido de ter negado água e comida naquela ocasião, atendeu ao pedido dos pais da criança. Foi, então, erguida uma cruz perto da pequena vertente de água, onde as pessoas buscavam água e bebiam pedindo a menina que lhes dessem a cura e, assim, começaram os primeiros “milagres”. Mais tarde, foi construída uma pequena capela por Manoel Alves de Lima. A partir daí,

todos os anos, no dia 1º de novembro são feitas muitas peregrinações e muitas promessas são pagas por pessoas que acreditam que a “Menina Dulce é uma Santa”(Projeto Político-Pedagógico,2020p.8).

Os moradores da comunidade Cruz da Menina desde o início de sua povoação têm a tradição de casar-se com pessoas da própria comunidade. Nas últimas décadas, alguns já se casam com pessoas que não fazem parte da comunidade, as quais são bem acolhidas por todos.

Na comunidade, podemos observar no decorrer dos anos significantes conquistas, as quais, antes não tinham como: casas de alvenaria, pequenos reservatórios de água construídos com recursos próprios, água encanada, uma escola para que os filhos dos moradores possam estudar e um orelhão para melhor comunicação com os parentes. Em 12 de março de 2005, surgiu um Grupo de Dança formado por seis componentes da própria localidade, todas primas e irmãs do sexo feminino, chamado Oxumaré, que quer dizer deus do arco-íris”(Projeto Político-Pedagógico,2020p.9).

Por iniciativa da primeira dama Vilma Almeida da Silva que tinha o objetivo de visitar a cultura da comunidade. O grupo fez várias apresentações tanto no município de Dona Inês - PB, quanto nos municípios vizinhos que assim desejavam ver, prestigiar e reconhecer a cultura afro-brasileira. Através do artigo 1º da Lei nº. 7. 668 de 22 de agosto de 1988, a comunidade Cruz da Menina foi reconhecida como Remanescente de Quilombo, em 26 de março de 2008.

Em 05 de maio de 2009, foi criada a Associação Remanescente de Quilombo da Cruz da Menina, com objetivo de defender e fortalecer a luta pela valorização da etnia afro-brasileira na comunidade, bem como no Brasil. Através da luta da Associação Comunitária foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Dona Inês - PB, uma área particular e doada à comunidade, o terreno medindo 100x80m² que serviu para construção de equipamento comunitário para usufruto da população local. E por meio do Centro de Referência à Assistência Social (CRAS), a atividade de capoeira também foi trazida para a comunidade, proporcionando melhor desenvolvimento cognitivo e corporal das crianças e adolescentes.

Existe ainda um potencial vasto que está sendo explorado na comunidade como a cerâmica. Essa estava sendo esquecida pelas novas gerações apesar da matéria-prima abundante, pois não havia valorização pela própria comunidade dessa

habilidade, como também capacitação de valorização das peças produzidas no momento. A cerâmica da comunidade produzida pelo Grupo Negrargila, participa de feiras e exposições em todo Brasil(Projeto Político-Pedagógico,2020p9).

De modo que em 2012 a comunidade já contava com 63 famílias, na qual a maioria reside em casas de alvenarias. Criou-se em 2009 mais um grupo de dança, formado por vinte adolescentes da própria comunidade, chamado Negra Dulce, em homenagem a menina que morreu de sede e fome.

A associação da comunidade Quilombola teve como primeiro Presidente Sergio da Silva Teófilo, natural da comunidade no período de 2009 a julho de 2011 e a partir de julho de 2011, venceu as eleições para segundo Presidente da Associação Bianca Cristina da Silva, natural da comunidade que está no cargo até então. Uma das conquistas nos últimos meses na comunidade foi a construção de 26 cisternas recebidas pelo Projeto Cooperar (ProjetoPolítico-Pedagógico,2020p10).

Em 2013, a comunidade Cruz da Menina, contava com 67 famílias e os associados recebem 35 cestas básicas em parceria com a (CONAB), para as famílias carentes; 52 mais 2 com o saldo restante, totalizando 54 cisternas de alambrado beneficiando mais de 60 famílias direto e indiretamente, através do Projeto Cooperar/Associação Convênio de Número 199/2011, firmado no dia 20 de novembro em Campina Grande - PB; 01 carro pipa uma vez por semana para abastecer a comunidade(Projeto Político-Pedagógico,2020p.10).

Também em parceria com o Governo do Estado e Associação foi realizado um curso de Corte e Costura, com duração de dois meses. Executado pela (COOPESTE). Em 2011 foi criado um Grupo de Mulheres denominado Costurando Raízes, as quais criam e confeccionam artesanatos como: camisetas, almofadas, peças em fuxicos, peças em ponto Russo, peças em ponto cruz, vagonete, crochê e tricô entre outras criações(Projeto Político-Pedagógico,2020.p.10).

Em Novembro de 2013, em parceria com o Governo do Estado/COOPERAR, conseguiu-se para a comunidade um VW GOL, ano 1996, movido à gasolina, cor predominante branca, placa: MNU 6167/PB. Em regime de cessão de uso, com duração de 4 anos(Projeto Político-Pedagógico,2020p.10).

Há também um Projeto para construção de 22 casas em parceria com (CEHAP/PNHR), o mesmo encontra-se em face de conclusão para encaminhamento

e liberação de recurso junto à Caixa Econômica Federal(Projeto Político-Pedagógico,2020p.10).

A Escola Municipal Gilberto Freire que vinha trabalhando a temática no decorrer do ano letivo 2014, pode contar com os recursos didáticos, pedagógicos e culturais fornecidos pelo prefeito municipal. Foi possível revisitar o grupo de dança Oxumaré em dois grupos: Oxumaré Mirim, formado por alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e o Grupo Oxumaré Boa Idade, com mães, avós e bisavós da comunidade quilombola que se apresentaram em 20 de novembro.

Sendo assim, houve um evento de valorização da nossa cultura afro-brasileira, explorada em todo município e demonstrada na comunidade como homenagens aos moradores do quilombo no Sítio Cruz da Menina na perspectiva de contextualizar e divulgar nossa história em diferentes aspectos, sobretudo, procurando enriquecer cada vez mais nossas origens que estavam adormecidas.

Geograficamente, a comunidade quilombola está inserida numa região caracterizada por um clima tropical de altitude com ventos cortantes durante a noite, que sopram em meio aos penhascos rochosos que cercam o município. De modo que, o relevo local é caracterizado por pequenas depressões(Projeto Político-Pedagógico,2020p.11).

A hidrografia do lugar tem como base fundamenta as cisternas nas famílias da comunidade, que no período da seca são abastecidas por conta da própria da família ou pelos programas do governo municipal e estadual: Água para Todos. Embora na comunidade exista rede hidráulica em todas as casas, a água só chega quando os reservatórios que abastecem o município estão contemplados pelas chuvas(Projeto Político-Pedagógico,2020p11).

Sua vegetação é típica de caatinga hipoxerófila com presença de áreas de floresta caducifólia, com queda das folhas no inverno e recomposição na primavera após as primeiras chuvas de acordo com a temperatura(Projeto Político-Pedagógico,2020p.11).

Na comunidade quilombola do Sítio Cruz da Menina as principais atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade local são diversificadas, ou seja, a agricultura de subsistência (feijão, milho, fava), a pecuária (criação de aves, caprinos e suínos), a construção civil, a pedreira, artesanato e serviços do lar(Projeto Político-Pedagógico,2020p.11).

No entanto, a maioria das famílias vive de trabalhos prestados na capital, como pedreiros ou ajudantes de obras, na qual passam de segunda-feira a sexta-feira no trabalho em João Pessoa ou Campina Grande e só voltam para a comunidade no final de semana. No mais, a comunidade conta com o dinheiro dos pagamentos dos benefícios sociais fornecidos pelo governo federal, dos agricultores aposentados e dos pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). (Projeto Político-Pedagógico 2020 p.11).

Outras famílias têm como meio econômico serviços prestados como domésticas na zona urbana do município, bem como há outro grupo de mulheres que trabalha como cabeleireira tanto na comunidade, como na cidade (Projeto Político-Pedagógico, 2020 p.12).

Na perspectiva enquanto comunidade quilombola, em que através do artigo 1º da Lei nº. 7668 de 22 de agosto de 1988, a comunidade Cruz da Menina foi reconhecida como Remanescente de Quilombo, em 26 de março de 2008, possibilitando a seus habitantes, que por várias décadas foram submetidos ao preconceito e esquecimento pelos políticos públicos e que assumam finalmente a sua condição de cidadãos (Projeto Político-Pedagógico, 2020, p.12).

3.2 A Escola Municipal Gilberto Freire

Neste tópico abordaremos sobre a Escola Municipal Gilberto, da sua fundação, dos programas federais que a escola está inserida, das plataformas de planejamento da gestão escolar, da composição do conselho escolar da organização das turmas de estudantes, da relação da escola com a família, dos recursos humanos e materiais e da estrutura física da escola.

A Escola Municipal Gilberto Freire foi construída e inaugurada em 1999, na gestão do Prefeito Antônio Justino de Araújo Neto na comunidade quilombola Cruz da Menina. Sua criação foi legitimada através de Decreto nº 652 de 19 de abril de 2001, tendo a autorização de funcionamento concedida pelo Conselho Municipal de Educação para atender a Educação Infantil (Pré-Escola) pela resolução nº 13 de 04 de junho de 2014 do Conselho Municipal de Educação e o Ensino Fundamental, (anos iniciais), pela resolução nº 29 de 05 de dezembro de 2014, resolução esta do Conselho Municipal de Educação. Neste sentido, a escola

funcionava nesse intervalo de tempo sem um parecer legal do Conselho Municipal de Educação do qual legitimava quais anos de ensino esta escola atenderia os estudantes.

A denominação da Escola Gilberto Freire, deu-se por todo seu empenho em trazer seus conhecimentos escritos para o campo da educação, e pode contribuir para a formação de muitas cidadãos e cidadãs brasileiros. Quanto os programas no âmbito federal e estadual que a escola estar inserida são: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programas Escolas Rurais Conectadas, Integra Educação Paraíba(Alfabetização na Idade Certa). As plataformas de planejamento de Gestão Escolar que a instituição escolar estar inserida é o PDDE interativo e a plataforma saber (diário online).

O Conselho Escolar é composto pela professora que assume a presidência do conselho(1), Secretária do Conselho(1), Tesoureira (1) e as representações de pais (2). Todos os estudantes que estão matriculados na escola são oriundos da comunidade quilombola.

A escola oferta duas etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais - 1º ao 5º ano) na modalidade presencial, com turmas multisseriadas, cuja faixa etária das crianças são de 04 a 10 anos de idade, totalizando 36 matriculas.

No turno manhã funciona a Educação Infantil com 14 alunos mais o 1º ano do Ensino Fundamental com 08 alunos, totalizando 22 alunos que estão na mesma sala e no mesmo espaço. No turno da tarde funciona o 2º ano com 5 alunos, 3º ano com 2 alunos, o 4º ano com 3 alunos e o 5º ano 4 alunos, totalizando 14 alunos todos na mesma sala e no mesmo espaço, por se tratar de turmas multisseriadas. Quando se trata da relação da escola com a família o Projeto Político-Pedagógico norteia quatro artigos da lei Nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação.

Art. 2: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 12: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de... alínea VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Art. 13: Os docentes incumbir-se-ão de..., alínea VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 32: O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante..., alínea IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO,2020, p.20).

Assim a escola se apóia da legislação, para desenvolver um trabalho contínuo voltado para garantir a efetivação da relação família e escola. A escola hoje conta dos recursos humanos e materiais para garantir sua funcionalidade. Nesse sentido, quando se trata de recursos humanos hoje a escola conta com uma professora para os dois turnos, a mesma é formada em Pedagogia e possui especialização em História do Brasil e em Educação Especial.

A escola também conta com o apoio de uma auxiliar de serviços gerais que exerce a função de limpeza e preparo da merenda, a mesma possui Licenciatura Plena em Pedagogia, a escola não conta com representante para a gestão escolar, tudo fica na responsabilidade da professora quanto se trata das questões de ordem administrativas e de comunicação com a Secretaria Municipal de Educação.

No que se refere aos recursos materiais temos a seguinte composição:
Mobiliários: armário de cozinha (01), cadeiras de estudantes (40), estantes abertas (04), quadro branco (02), mesa de estudantes (40), kit cadeira do educador/educadora (2), mesa para refeição(02) e mesa para jogos(2).**Tecnológicos:** computadores(05),DVD(01), impressora(01), micro system(01), TV (01), microfone (01), caixa de som(01), lousa digital (01) e ar-condicionado(01).**Pedagógicos:** jogo da memória de sílabas(01), alfabeto móvel(01), esqueleto humano(01), kit pedagógico PRONACAMPO(01) e kit complementar ACor da Cultura(01).
Eletrodomésticos:fogão(02),geladeira(01),liquidificador(01), bebedouro(01), cafeteira(01), freezer(01) e batedeira(01). Quanto à estrutura física da escola, podemos fazer a seguinte discriminação: salas de aulas (02), refeitório (01), cozinha (01), dispensa (01), banheiros (02), secretaria(01) e laboratório de informática(01).

3.3 A formação docente e a identidade da criança negra da comunidade quilombola Cruz da Menina

Apresentamos a análise dos dados coletados na entrevista com a professora. Logo, neste está descrito as perguntas e respostas e análises dos mesmos, como também um breve posicionamento sobre cada questão abordada. A professora L1 com 43 anos de idade, residente na cidade e não na comunidade quilombola onde a escola está inserida, com formação docente em Licenciatura Plena em Pedagogia, e especialista em História do Brasil e Educação Especial, ela exerce a docência há 24 anos e que nesse período já faz 11 anos que atua na comunidade quilombola Cruz da Menina.

No momento que estamos em pandemia, planejo as atividades pedagógicas em casa e na escola uma vez por semana ou quando necessário (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

O planejamento das atividades é uma das tarefas mais essenciais dos professores e professoras, pois é nele que estão as estratégias, metodologias e objetivos a se alcançar. A realidade dessa escola é um dos pontos de atenção que devemos observar, o primeiro por se tratar de uma escola quilombola, pois a forma de realizar as atividades são diferenciadas, e em segundo é uma escola com turmas multisseriadas, não consigo enxergar como os objetivos de aprendizagem podem ser alcançados, uma vez que atende da educação infantil até o 5º do Ensino Fundamental (anos iniciais), neste sentido há sim uma fragilidade no que se refere aos processos de metodologias e práticas que tragam resultados significativos, sem contar que a professora é única para atender todas as turmas. No que se refere aos materiais didáticos e sua utilização na prática docente a mesma enfatiza:

Costumo trabalhar com livros didáticos, livros digitalizados, livros paradidáticos e gêneros diversos. A escola disponibiliza todos já mencionados e Wi-Fi (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Na fala da professora podemos perceber que a mesma usa os materiais didáticos como aporte metodológico. Porém, não deixa claro em sua fala se há materiais didáticos pedagógicos que seja específico para trabalhar com as crianças quilombolas na sala de aula, os livros são materiais ricos que podem, sim, contribuir

para a construção da representatividade, quando fazem uma relação com os sujeitos.

Senti dificuldade de adaptação e aceitação pela comunidade (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

A experiência com o novo traz muitas das vezes esse desconforto. É percebido na fala da professora, além do novo tem a questão da aceitabilidade e hoje o que conta muito é os educadores que trabalham em escolas quilombolas têm essa relação com a comunidade, a dificuldade de aceitação deve ter sido justamente em virtude de que a professora não mora na comunidade, outro fator bem interessante e está nas Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que o docente deve ser da comunidade, pois já conhece a comunidade e faz parte dela.

A educação da criança negra na escola. Já trabalhei em outras escolas da Rede Municipal e não detectei diferença alguma no ensino aprendido das crianças. Porém, praticamente em todas as escolas tem crianças com déficit de aprendizagem e, ou com necessidades especiais (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

A fala da professora não se contextualiza bem com o que a pergunta se referia, porém percebemos que a política de inclusão das crianças negras nesta escola precisa ser repensada do ponto de vista mais evidente, vamos evidenciar isso nos posicionamentos futuros da professora.

Senti dificuldades de me adaptar os costumes da comunidade, em trabalhar a Lei n: 10.639 que garante o ensino História e Cultura Afro-Brasileira e adequar ao currículo escolar proposto no Projeto Pedagógico (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Uma questão importante que nos leva a refletir é sobre a formação permanente de professores e professoras que foi discutido anteriormente nesta pesquisa, é que a formação inicial a professora possui, inclusive até especialista em História do Brasil, porém não se há uma formação permanente, outro ponto que percebemos é sobre a proposta curricular, pois o Projeto Político da Escola não

contempla nada que evidencia as práticas pedagógicas para a educação escolar quilombola.

A escola dispõe de poucos recursos pedagógicos do pertencimento étnico como brinquedos, brincadeiras e literatura infantil (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Os recursos como literatura podem ser uma das possibilidades de se trabalhar nas crianças o pertencimento étnico, as brincadeiras representam a imaginação, a interação com os outros, os brinquedos fazem parte do universo da criança e através desses recursos as crianças vão construindo suas identidades, representações e seu lugar de fala.

Abordo recursos bons. No entanto, os desafios étnicos no contexto afro-brasileiro são questões que devemos construir e desconstruir de modo contínuo e inovador na formação do cidadão consciente de sua negritude (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Na fala que antecede esse ponto a professora ressaltou que a escola dispõe de poucos recursos pedagógicos de pertencimento étnico. Nesse sentido, quando ela diz que aborda recursos bons, do meu ponto de vista ela trabalha com apenas o que ela pode contar que tem na escola. Assim, se há uma escassez de recursos há, sim, uma fragilidade nas propostas metodológicas aplicadas em sala.

A participação da família na Educação Infantil, atualmente as famílias na comunidade estão mais envolvidas na escola de modo geral e, sobretudo, da Educação Infantil (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Um ponto bastante positivo é a participação das famílias na educação das crianças. A escola não pode ser a única responsável em educar, mas a família tem seu papel fundamental. A escola é um dos espaços formais na construção dos saberes, e trazer a comunidade para dentro da escola é de suma importância.

Tenho a importância de facilitar o aprendizado e as vivências de formas mais significativa e respeitosa para todos (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

A professora em sua fala deixa claro qual é o seu papel social de atuação. É importante esse olhar da docente para com sua atuação, pois há um entendimento por parte da mesma de contribuir para a construção de valores das crianças, como ela cita as vivências significativas e o respeito.

Sim. Na maioria, se posicionam e se identificam como negros. Mas, enfrentam muitas dificuldades em resolver conflitos cotidiano, como preconceito, negação ou comparação (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

Neste ponto gostaria de mostrar como ainda o racismo estrutural está presente em nossas relações, a fala da professora nos põe a refletir o que acontece todos os dias nas relações com os outros. As vezes até nós que temos um identidade formada,temos as vezes que inconsciente negar quem somos,e aqui estamos nos referindo as crianças e já de uma certa maneira um entrave, que consequentemente as vezes o silenciamento toma conta dessas crianças, fazendo com que as mesmas não se posicionem ou não negue sua identidade, pois a sociedade busca sempre querer padronizar o ideal de sujeito que queremos ter.

Sim. Durante o ano letivo trabalhamos a temática continuamente de modo transversal no currículo, mas trabalhamos também no mês de novembro com culminância para todos da comunidade (Conforme entrevista realizada com a professora L1, no dia 17 de maio de 2021).

As semanas pedagógicas realizadas nas escolas com os estudantes, é uma das metodologias ativas que estão propostas nas pedagogias de projetos, é oportuno, pois as crianças, a escola e a comunidade se integra nessa construção e dá visibilidade aos sujeitos. A professora ressalta que trabalha de forma transversal e na semana da consciência negra com as questões que referencia tal modalidade de ensino. Porém, essa escola não há um currículo próprio que traga especificidade como orienta as diretrizes educacionais para a educação escolar quilombola, uma vez que a proposta pedagógica curricular é comum para todas as escolas da rede de ensino, visto que anteriormente a professora a professora discorre que sentiu dificuldades em trabalhar a lei 10.639/003 e de adequar o currículo escolar proposto pelo Projeto Político-Pedagógico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa procurou entender sobre a formação de professores e professoras da Educação Escolar Quilombola e a identidade da criança negra na comunidade quilombola Cruz da Menina, no município de Dona Inês- PB, a partir do olhar para a criança da educação infantil, visto que esse público se encontra no amplo desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional e social.

A formação permanente de docentes tem sido um dos gargalos, pois na grande maioria das vezes essas formações são pontuais, acabando não trazendo nenhum impacto pedagógico que seja construtivo para o desenvolvimento de metodologias que tenham significados e traga aprendizagem para as crianças.

Ao se tratar de uma proposta de formação permanente para a professora que atua na comunidade quilombola Cruz da Menina, não foi evidenciado que se há. A professora possui a formação inicial acadêmica e sabemos que não basta só a formação inicial, precisa-se ser uma formação contínua, que possibilite a educadora refletir sobre a sua prática pedagógica desenvolvida com as crianças.

Ao fazer análise da Proposta Curricular Pedagógica, do Projeto Político-Pedagógico, da Formação Permanente Específica para a Educação Escolar Quilombola, foi diagnosticado que não há um projeto curricular alinhado conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, pois há, de uma certa maneira, urgência em elaborar uma proposta pedagógica que se alinhe com o que orienta as diretrizes curriculares, como garantia de um ensino que esteja na valorização da construção da identidade da criança negra, do combate ao racismo e ao preconceito.

No que se refere a identidade da criança negra, analisada a partir da fala da professora, podemos perceber que há inúmeros entraves, como preconceito, discriminação ou negação. Diante disto pode fazer com que as crianças muitas das vezes não se autoafirmem negras e negros devido a essas problemáticas enfrentadas no dia a dia nos espaços em que estão inseridas.

Associo esses enfrentamentos justamente pela ausência de uma formação permanente sólida, de um currículo totalmente centralizador sem uma proposta pedagógica específica, da falta de recursos pedagógicos que trabalhe questões de pertencimento étnico, dos direitos silenciados, como por exemplo uma escola situada em um território quilombola com propostas pedagógicas distante da realidade em que as crianças estão inseridas.

Diante do exposto apresentado na pesquisa, podemos chegar a uma conclusão que tudo o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola não é cumprido na comunidade. Portanto, não se há uma educação escolar quilombola, nem formação permanente de professores e professoras.

Por fim, precisamos pensar numa educação decolonial, quebrando os grilhões da negação e inferiorização das infâncias negras, uma educação aberta para as práticas de liberdade, autonomia, cidadania e direitos humanos garantidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, S. D. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá, EdUFMT, 2011.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis; revisão técnica: Maria Letícia B. P. Nascimento. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *In: Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAMBOA, S. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013.

LIMA, J. M.; MOREIRA, T. A.; LIMA, M. R. C. A sociologia da infância e a educação infantil: outro olhar para as crianças e suas culturas. *In: Rev. Contrapontos*, v 14, n. 1, p. 95-110, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v14n1.p95-110>. Acesso em 18 jun. 2021

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas:2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB 020/2009, aprovado em 11/11/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Relator Raimundo Moacir Mendes Feitosa.

SILVA JÚNIOR, C. A. Construção de um espaço público de formação. *In:* Silva Júnior *et al.* **Por uma revolução no campo da formação de professores.** Editora Unesp, 2015. p. 133 -148.

TEDESCO, J. Presentación. *In:* OLIVEIRA, D. A. et al. **Políticas educativas y territorios: modelos de articulación entre niveles de gobierno.** IIPE/Unesco: Buenos Aires, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criação na infância:** ensaio psicológico: livro para professores / Lev Semionovich Vigotsk; apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes – São Paulo: Ática, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

ENTREVISTA

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Gênero:

Residência:

Formação da docente:

Instituição e ano que conclui:

Tempo de docência:

Há quanto tempo atua na comunidade?

1. Como você planeja suas atividades pedagógicas na Escola Paulo Freire?
2. Quais materiais didáticos você costuma trabalhar com as crianças? Quais tipos a escola disponibiliza?
3. Qual a proposta pedagógica da SEMEC para a escola de quilombola Paulo Freire?
4. Quais as dificuldades que você sentiu em atuar como docente na escola quilombola?
5. Como você vê a educação da criança negra nesta escola?
6. Que dificuldades você sentiu ou sente em trabalhar com crianças na comunidade quilombola?
7. Nas suas aulas você utiliza os recursos de literatura, brinquedo e brincadeiras para trabalhar o pertencimento étnico? Quais?

8. Que avaliação você faz quanto aos recursos que você aborda nas suas aulas?
9. Como é a participação das famílias das crianças da educação infantil nesta escola?
10. Para você em sua formação como docente qual a importância de sua atuação numa escola de quilombo?
11. Na escola em que atua, você percebe que as crianças se autoafirmam nas práticas pedagógicas como crianças negras? Explique.
12. Durante o tempo em que você atua já houve semana pedagógica que trabalhou a educação quilombola? Como se deu?